

ANEXO  
2

## Ata nº 188

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas reuniu-se no auditório da junta de freguesia de Lourosa a assembleia geral ordinária da junta de freguesia de Lourosa para, em cumprimento com a convocatória, atempadamente, remetida a todos os seus membros acompanhada de uma cópia da ata da assembleia anterior e demais documentos que se anexam, apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do Público;
2. Leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior;
3. Apresentação da Atividade Financeira do Relatório de Atividade referente aos meses de junho, julho e agosto de dois mil e catorze;
4. Apresentação dos Regulamentos das Festas em honra de S. Tiago, N. S. da Saúde, Sto António bem como em honra de S. Miguel e Sta Luzia;
5. Discussão e Aprovação da criação de uma Comissão de Acompanhamento à feira e mercado dos dez;
6. Discussão e Votação da Criação de uma Comissão da divulgação das medidas resultantes da assembleia de freguesia;
7. Outros assuntos de interesse para a freguesia.

Esta assembleia geral da freguesia de Lourosa, teve início pelas vinte e uma horas e vinte minutos, presidida pela sra. Mónica Dias Ferreira, em substituição do sr. presidente da mesa da assembleia, sr. Vitor Manuel Prata de Oliveira, por se encontrar impedido de estar presente por razões pessoais e, segundo dita o regimento vigente, a sra. Mónica Dias Ferreira, como primeira secretária, passa a presidir a assembleia geral (anexo I). Em cumprimento dos termos legais, o sr. Hélder José Gomes Ferreira ocupou um lugar na bancada do Partido Social Democrata, durante esta assembleia ordinária. O mesmo aconteceu com a ausência do deputado sr. Virgílio da Silva Ribeiro do Partido Socialista que, por estar ausente, solicitou a sua substituição pela sra. Raquel Tavares Valente (anexo II). Também se registou a ausência do deputado do Partido Centro Democrático Social – Partido Popular, sr. Joaquim Sá Cardoso. Para que a mesa ficasse completa, a sra. presidente da mesa convidou um deputado do Partido Socialista, fazendo-se representar pela deputada sra. Celeste Pereira Espírito Santo.

Após constituída a mesa, a sra. presidente da mesa da assembleia procedeu à leitura da convocatória, onde constava a ordem de trabalhos.

Em cumprimento com o seu ponto primeiro, “intervenção do público”, a sra. presidente da mesa procedeu às inscrições do público. Após registadas todas as inscrições, o sr. Vitor Neves demonstrou interesse em saber como se encontra a situação do alargamento da Rua da Natividade e se a junta de freguesia tem intervindo nesta situação e referiu a pertinência da demolição da casa onde viveu o sr. Valentim, na Rua 5 de Outubro. Como cidadão demonstrou não compreender a existência de dois parques, numa distância tão curta, com as mesmas características no Parque das Pedreiras dos Linos e no dos Limas. Também questionou qual o tipo de água que vai ser utilizada nos bebedouros existentes nos referidos parques e sugeriu a demolição de uma cabina de alta tensão existe junto aos parques em questão. Dando a palavra ao segundo inscrito, o sr. Hermenegildo apresentou a sua preocupação relativamente à área do ambiente, mais concretamente no que concerne à água choca que passa junto à Via Estruturante Lourosa – Lamas. Questionou a junta de freguesia se tem feito análises à água das

fontes e quais os seus resultados. Também quis salientar o apoio que a junta tem dado ao desenvolver atividades nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (decorridas no dia dezoito); a jornada do dia vinte e sete, em que foi realizada uma caminhada, na qual visitaram os locais onde, normalmente, as pessoas depositam lixo; troca de placas e recuperação do moinho em ruínas junto à esplanada (atividades estas inseridas no Projeto Dia L). Referiu ainda que é de louvar o apoio que a junta tem dado aos Amigos do Ambiente. Após esta intervenção, o sr. Serafim Belinha, morador na Rua dos Malmequeres, questionou o sr. presidente da junta e o executivo no sentido de averiguar a possibilidade de tomar medidas preventivas para a referida rua, com o objetivo de prevenir atropelamentos. Sugeriu a colocação de passadeiras, redutores de velocidade ou outras soluções.

Ainda neste ponto primeiro, e sem mais intervenções do público, a sra. presidente da mesa deu a palavra ao sr. presidente da junta de freguesia, sr. Armando Fontes Teixeira, que informou os presentes quanto à situação do alargamento da Rua da Natividade, na zona onde existe o muro pertencente ao sr. Ezequiel Marques. Em relação a outras situações que já foram citadas na reunião anterior, este executivo já chegou a acordo verbal com o sr. David Violante e a promessa do sr. Américo Rodrigues que deixa que façam a demolição da casa que se encontra no entroncamento e com o proprietário de uma outra casa, para que a feitura dos passeios seja possível, até à casa do falecido Manuel Faneca. Esta obra de requalificação urbana consta de um acordo com a Câmara Municipal. Relativamente à demolição da casa do falecido sr. Lima Barros, a qual afeta o trânsito, o sr. Vitor Neves e restante público presente, foi informado que tem havido reuniões com os seus herdeiros que se encontram em fase de partilhas. Aquando da finalização das mesmas, retomar-se-ão as negociações já iniciadas. Quanto às obras no Parque das Pedreiras dos Linos e dos Limas, estas obras têm cerca de dois anos, existindo uma Comissão de Acompanhamento no qual o sr. Vitor Neves fez parte, encontram-se em fase final, embora ainda não tenham sido feito as drenagens, a escadaria, o fortalecimento, sustentabilidade do talude, alguns acabamentos (mesas de xadrez e de ping-pong) e requalificação da jardinagem. Este autarca também informou que já iniciou o contacto com o proprietário do terreno privado anexo a estes parques, para o estacionamento de cerca de sessenta carros. Já em resposta ao sr. Hermenegildo Teixeira, o sr. presidente da junta partilhou a preocupação demonstrada pelo mesmo, referindo a existência de algumas redes de esgotos que estão inacabadas, encontrando-se esta junta em contacto com a Câmara Municipal para que estes problemas de saneamento sejam resolvidos o quanto antes. Quanto às análises realizadas à água dos fontanários, a Câmara Municipal tem este processo, embora a água da fonte localizada na Rua 5 de Outubro, perto da casa do sr. Manuel da Frada, não tenha sido analisado por ter sido sempre imprópria para consumo. O sr. presidente da junta aproveitou para esclarecer que há cerca de duas décadas a esta parte que a água desta freguesia não é potável. Por conseguinte, tem havido a constante preocupação da vigilância da existência das placas com esta informação. Em seguimento, o sr. presidente agradeceu o contributo dispensado pelos "Amigos da Encosta d'Além" e outras pessoas aquando do Dia L, limpar Lourosa, participando nas atividades realizadas. Relativamente à remodelação do referido moinho, o sr. presidente desta junta contactou o sr. presidente da junta de freguesia de Romariz, o qual recuperou três moinhos na sua freguesia. Um outro assunto que também mereceu a preocupação do sr. presidente foi aquele apresentado pelo sr. Serafim Belinha referindo-se à postura do trânsito da Rua dos Malquereres, especialmente quando há muito trânsito na Estrada Nacional número um. Está em estudo uma forma de possibilitar a fluidez do trânsito.

Após o término do ponto primeiro da ordem de trabalhos, a sra. presidente da mesa pediu um minuto de suspensão desta assembleia a fim de consultar as secretárias. Como resultado desta auscultação, a sra. presidente da mesa referiu que, apesar de ter havido um pedido de substituição por parte do sr. Vitor Manuel Prata de Oliveira por achar que não poderia estar

presente, a mesa convidou o sr. presidente da mesa nomeado no início deste mandato, o sr. Vitor Manuel Prata de Oliveira, e que entretanto chegara, para assumir a presidência da mesma. Em resposta, este opinou que a mesa inicial deveria permanecer, dando-se seguimento à assembleia.

Neste momento, foi solicitada a palavra por parte do público, pelo sra. Fernanda Silva, a qual afirmou desconhecer os termos da intervenção do público apresentado no Regimento da Assembleia de Freguesia de Lourosa. Com a concordância da mesa, a sra. em questão explanou a situação que a levou a recorrer a esta assembleia. Esta cidadã anda a fazer obras na sua residência e afirma que há pessoas que colocam lixo nesse local. Interpelou este executivo para a possibilidade da colocação de um contentor na parte detrás do prédio. Para que esta senhora fosse esclarecida, a sra. presidente da mesa deu a palavra ao sr. presidente da junta de freguesia que respondeu dizendo que a SUMA coloca contentores onde haja um condomínio fechado, estranhando a demora na resposta, já que estes processos costumam ser céleres. O sr. presidente já havia recolhido os nomes de outro moradores e fornecera-os a esta entidade responsável pela recolha do lixo. Normalmente, quando a engenheira da Câmara da pasta do Ambiente se desloca a locais onde haja a necessidade da colocação de contentores, estes são aceites. Um outro interveniente do público também solicitou o uso da palavra para apresentar a sua questão. O sr. José Paulo da Silva Ribeiro, após autorização da sra. presidente da mesa, abordou a temática da inexistência de passadeiras junto à Feira dos Dez, sendo necessárias especialmente em dias de feira. Respondendo a esta questão, o sr. Armando Teixeira esclareceu que esta estrada é gerida pela entidade Estradas de Portugal, a qual já foi contactada precisamente sobre esta situação. Este executivo já, por diversas vezes, pediu a aplicação de outras passadeiras nesta via, mas este pedido veio sempre indeferido. Contudo, este executivo continuará a contactar a mesma, fazendo as suas sugestões.

Retomando a ordem de trabalhos passou-se ao ponto segundo: “leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior” a sra. presidente colocou à disposição a dispensa da leitura da ata da última reunião (anexo III). O sr. presidente da junta de freguesia pediu a palavra para proceder a alguns pequenos retoques: em relação à reparação das ruas, cerca de noventa por cento é realizada pela Câmara e o restante pela Indaqua; existe a promessa da parte do sr. Américo Rodrigues sobre a demolição de uma casa que lhe pertence situada na Rua da Natividade, havendo um acordo verbal; o terreno para a construção do Lar de Idosos, foi cedido através de um protocolo. Após estes esclarecimentos, a ata número cento e oitenta e sete foi colocada à votação, tendo sido votada por unanimidade com a abstenção da sra. Raquel Tavares Valente, por não ter estado presente.

Dando seguimento à ordem de trabalhos no seu ponto terceiro “Apresentação da Atividade Financeira do Relatório de Atividade referente aos meses de junho, julho e agosto de dois mil e catorze”, a sra. presidente da mesa relembrou que isto é uma disposição legal prevista no Regimento da junta de freguesia, dando a palavra ao sr. presidente da junta para que fizesse um resumo dos documentos em apreciação: Relatório de atividade financeira referente aos meses de junho, julho e agosto (anexo IV) e fluxo de caixa de junho, julho e agosto de dois mil e catorze (anexo V). Posto a apresentação dos documentos, a sra. presidente Mónica Dias Ferreira abriu espaço para algum esclarecimento, comentário ou sugestão. O Partido Socialista, na pessoa do sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa, enalteceu, uma vez mais, a apresentação do relatório de atividade financeira e de atividades referentes aos meses de junho, julho e agosto de dois mil e catorze que vem sendo prática corrente desde que o executivo foi confrontado por este partido da sua existência, de uma lei que vigora desde dois mil e dois e que obriga a apresentação do dito relatório. No entanto, no seu entender, o relatório apresentado continua a não satisfazer a lei, dado não apresentar a atividade financeira decorrente do período em questão. Outro reparo que foi feito é que, com tantas

atividades desenvolvidas, ficaram na dúvida se foram realmente efetuadas ou se as mesmas não estarão adequadas aos problemas em causa. Por exemplo, desde que este relatório é apresentado a esta assembleia que a junta de freguesia contacta as Estradas de Portugal com o propósito de retificar as tampas da Estrada Nacional 1, não se tendo conhecimento de qualquer melhoria ou resolução do problema em causa. Se, de facto foram efetuados os ditos contactos e, já lá vão vários meses, os membros deste partido questionam se não seria conveniente uma mudança de estratégia. Prosseguindo a sua explanação, este deputado refere que na última assembleia foi aprovado um orçamento retificativo que contemplava a contratação de mais um funcionário, dado que considera que o relatório é omissivo, questiona se este funcionário sempre foi contratado e quando iniciou as suas funções. Também referiu que na lista de eventos aparecem diversas iniciativas que podem ter sido apoiadas pela junta de freguesia, mas que certamente não foram organizadas por esta entidade, conforme está escrito no relatório. No entender dos membros deste partido, isto deve ser esclarecido para que a junta de freguesia não se aproprie do trabalho das associações. Para finalizar, o sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa questionou o sr. presidente da junta acerca do custo da “Reparação e limpeza da pista de atletismo” mencionado no relatório de atividades, dado que o relatório é mais uma vez omissivo

e acerca da execução orçamental efetuada até ao momento da rubrica zero cinco ponto, zero sete ponto, zero um dos Grupos e associações.

No uso da palavra, o sr. Armando Teixeira prestou os seguintes esclarecimentos: a gestão financeira existe no relatório de contas apresentada em abril de cada ano, onde todas as verbas são transparentes. Também informou que algumas juntas de freguesia apresentam os valores, mas nem todas o fazem por não ser obrigatório. Referiu que as assembleias de freguesia têm vindo a ser melhoradas e participativas, já que tem uma boa oposição. Em relação às alterações que se pretendem que sejam feitas na Estrada Nacional, as juntas têm alguns problemas em executar as obras, devido à falta de verbas. Reconhece as situações problemáticas existentes nesta via, contudo recorda que a entidade Estradas de Portugal está sediada em Aveiro e esta junta tem feito pressão para que sejam tomadas medidas que melhorem a via referida. A título de exemplo, ainda há pouco os semáforos junto ao M Soares foram reparados. Já respondendo à questão da contratação de um funcionário, segundo o mesmo autarca, tem havido um protocolo com IEFP, com o intuito de contratar pessoal de forma transparente. O sr. João Nuno Sousa deixou a sugestão de mudança de estratégia em relação à Estrada Nacional e melhoria na apresentação de contas.

Finalizada esta intervenção, e no âmbito do ponto quarto da ordem de trabalhos: “Apresentação dos Regulamentos das Festas em honra de S. Tiago, N. S. da Saúde, Sto António bem como em honra de S. Miguel e Sta Luzia” (anexo VI), o sr. presidente da junta informou que regulamentou estas festas, por haver uma certa anarquia por parte das comissões de festas. Este regulamento tem como objetivo criar regras, condições e transparência, para que se saiba como os donativos para as referidas festas são aplicados. Realçou que, para a candidatura, uma comissão de festas terá de ser constituída com um número mínimo de cinco elementos (singulares ou coletivas) e está estipulado um prazo para que a candidatura seja feita. As candidaturas serão analisadas pelos membros da junta de freguesia, seguindo critérios estabelecidos. Vinte por cento dos lucros serão distribuídos pelas associações e pessoas individuais, segundo as necessidades mais prementes. Essas verbas serão geridas pelo grupo do Fórum Social. Outros vinte por cento irão para um Fundo de Investimento que servirá para financiar material para a freguesia ou para as festas. O restante sessenta por cento será distribuído pela comissão de festas para o ano seguinte. No entanto, estes montantes podem ser geridos de forma diferentes se a comissão de festas abdicar da totalidade da verba que lhe está destinada. Após trinta dias do término da festa, terá de ser entregue o relatório de contas

da referida festividade à junta de freguesia. A sra. presidente da mesa propôs que, os lourosenses que estiverem interessados, podem fazer chegar ao executivo as suas sugestões relativamente a este assunto. De seguida, abriu as inscrições para que os senhores deputados se pudessem inscrever. O sr. Januário Tiago Fontes Sá interveio para que lhe fosse feito um esclarecimento: se a apresentação do regulamento será apenas apresentada e discutida ou se também irá a votação. A sra. presidente da mesa esclareceu que é apenas uma apresentação, não havendo espaço para votação e que, quem achar pertinente, deve apresentar as sugestões ao executivo. Este mesmo deputado, após ter dado uma vista de olhos pelo documento, fez votos que as pessoas que serão sujeitas a este documento e que executem as festas consigam adaptar-se a este regimento e que façam um bom trabalho. Dando seguimento a esta assembleia, o sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa começou a sua intervenção questionando o sr. presidente da junta se as comissões tiveram conhecimento deste documento e se, segundo o ponto quinto, são trinta dias úteis ou seguidos, sugerindo que fossem úteis, até mesmo por uma questão financeira. No artigo décimo quarto menciona o ano de dois mil e treze, dois mil e catorze, não fazendo sentido esta data. Considera que no artigo vigésimo quarto deveria existir um artigo anterior a referir que esta comissão deverá receber o saldo restante da comissão anterior. Também sugeriu que a data que consta no documento seja alterada para a data desta assembleia, já que foi neste órgão que foi apresentado. Em resposta, o sr. presidente deste executivo esclareceu que este documento foi redigido, já que convém que haja uma certa celeridade, para que as comissões de festas tenham tempo para procederem às necessárias providências. Como tal, o sr. presidente da junta pediu a esta assembleia se podia dar seguimento com este documento. A sra. presidente da mesa referiu que, dado à pertinência do tempo, existindo já este elaborado, se houve necessidade, posteriormente, será aprovado um outro regimento, numa outra assembleia com as devidas atualizações. Após os comentários efetuados, e devido à pertinência da aplicação deste regimento, o sr. presidente pediu que também se procedesse à sua votação. Por conseguinte, a sra. presidente da mesa solicitou a alteração do ponto de ordem, constando também a votação, ficando “Apresentação e votação, na generalidade, dos Regulamentos das Festas em honra de S. Tiago, N. S. da Saúde, Sto António bem como em honra de S. Miguel e Sta Luzia”. A retificação foi aprovada. Quanto ao Regulamento das Festas em honra de S. Tiago, N. S. da Saúde e Sto António. Este documento foi a votação, sendo aprovado por maioria, o mesmo acontecendo com a votação do Regulamento das Festas em honra de S. Miguel e Sta Luzia. A sra. presidente da mesa salvaguardou a questão de as retificações que serão aprovadas na próxima sessão.

No que concerne ao ponto quinto da ordem de trabalhos: “Discussão e Aprovação da criação de uma Comissão de Acompanhamento à feira e mercado dos dez”, os membros da bancada do Partido Social Democrata fizeram chegar à mesa um comunicado (anexo VII), manifestando a sua discordância com a criação desta comissão sugerida pelos membros do Partido Socialista (anexo VIII), prevendo que esta comissão se irá sobrepor à junta de freguesia. A sra. presidente da mesa propôs a leitura dos referidos documentos. Aberta a discussão por parte da sra. presidente da mesa, o sr. João Nuno Sousa informou que este comunicado é devido às notícias de desacatos veiculadas nos jornais, com o intuito de fazer um levantamento dos problemas e criar os requisitos necessários para melhorar o seu funcionamento. Segundo este deputado esta comissão seria composta por elementos da junta de freguesia, da assembleia de freguesia, das forças de autoridade, comerciantes e deputados dos partidos representados nesta assembleia, ressalvando que a opinião desta assembleia é que prevalece. O sr. Januário Tiago Fontes Sá argumentou que a bancada do partido do qual faz parte analisou o dito documento, opinando que este executivo já se empenhou neste assunto, reorganizando a feira e demonstrou um trabalho extenso. Esta bancada também entende que se estaria a limitar o executivo. Por estas razões, consideram que a criação desta comissão não faz grande sentido. O executivo prestou os seguintes esclarecimentos adicionais: já há mais de um ano que está a

ser colocado em prática a reorganização da feira dos dez, sendo realizadas reuniões com o comandante da Guarda Nacional Republicana e com o representante da associação dos feirantes. Também foi realizado um levantamento com a Câmara Municipal da Feira. O sr. presidente da junta aproveitou para referir as alterações que já foram realizadas neste recinto para o melhoramento do funcionamento do mesmo. Salientou que o patriarca dos ciganos será chamado à junta com o intuito de ir minimizando os problemas existentes e solicitou a colaboração do Partido Socialista com sugestões. Realizando a votação, esta teve sete votos contra e cinco votos a favor, não sendo aprovada a criação desta comissão.

Passando ao ponto sexto da ordem de trabalhos: “Discussão e Votação da Criação de uma Comissão da divulgação das medidas resultantes da assembleia de freguesia”, a sra. presidente da mesa convidou os deputados a participarem neste ponto da ordem de trabalhos. A bancada do Partido Socialista apresentou a criação de uma comissão de trabalhos (anexo IX) com vista à promoção e divulgação dos resultados, deliberações e principais conclusões resultantes da assembleia da freguesia de Lourosa. A presente proposta vem ao encontro do preceituado no Regimento da Assembleia de Freguesia de Lourosa em vigor, nomeadamente no artigo número trinta e seis e da legislação que regula o funcionamento das assembleias de freguesia, disposto no artigo cinquenta e seis da Lei setenta e cinco de dois mil e treze de setembro. Esta proposta já foi apresentada nas últimas duas sessões, tendo ficado agendada para esta sessão a sua discussão. Sendo dada a palavra ao sr. Januário Tiago Fontes Sá, este interpelou os membros da outra bancada para que lhe esclarecesse qual a função da dita comissão e em que moldes se pautaria. Os membros interpelados explicaram melhor as suas ideias, referindo que esta medida vem mencionada no Regimento, onde consta a publicação dos resultados ocorridos durante as assembleias de freguesia. Este deputado sugeriu que essa comissão, no final das assembleias se reunisse, elaborasse uma súmula da informação essencial para a comunicação social, elaborando a minuta de uma ata. Contribuindo com o seu parecer, o sr. presidente da junta emitiu a sua opinião dizendo que não considera pertinente a criação da referida comissão, já que aqueles que estejam interessados têm as atas das assembleias à sua disposição no site desta junta. A sra. presidente da mesa sugeriu que fosse feita, por ambas as bancadas, propostas criteriosas e colocadas à votação na próxima assembleia. O sr. João Nuno Sousa ressaltou que esta é a terceira sessão em que este assunto é referido. Em virtude do sr. Januário Tiago Fontes Sá pretender esclarecimentos, foi lido o artigo trinta e seis, ponto dois, do Regimento. A sra. presidente da mesa sugeriu que esta medida seja votada na próxima assembleia ordinária. Ainda acerca desta temática, o sr. Januário Tiago Fontes Sá propôs a criação de uma comissão conjunta e o sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa referiu que deveria ser constituída por um elemento de cada um dos três partidos. Após ter sido reunido consenso para a criação da dita comissão, este ponto será adiado para a próxima sessão ordinária.

Prosseguindo a reunião, passou-se ao ponto sétimo “outros assuntos de interesse para a freguesia”, onde se inscreveram os srs. deputados que pretenderam intervir. A sra. Celeste Pereira Espírito Santo iniciou a sua intervenção dizendo que, como tem sido hábito nestas assembleias, vem pedir ao sr. presidente da junta de freguesia, se possível, para ter um papel ativo na resolução dos seguintes problemas: acesso sul à Zona Industrial do Casalinho, o qual está caótico, sendo um entrave ao desenvolvimento da indústria da nossa cidade; o terreno do sr. Leonel Pedrosa que se encontra invadido por mato e silvas. Tal como é do conhecimento geral, o sr. em questão empresta o terreno para festas de catequese e convívios familiares e até políticos (como é exemplo a festa da Juventude Socialista). Seguiu-se a participação do sr. Licínio Oliveira Alves, da mesma bancada, chamando a atenção do saneamento na Rua da Tapadinha, o qual parou no início da rua, junto à casa do sr. Serafim da Granja. Este deputado gostaria de saber se, efetivamente, as obras estão paradas e, assim sendo, para quando a sua conclusão. Também questionou sobre o funcionamento dos semáforos existentes na Cadinha e perguntou se seria possível colocar a Rua do Côvo com sentido único, principalmente em

frente ao Jardim de Infância/ Escola do Ensino Básico primeiro ciclo de Casalmeão, devido a diversos problemas de circulação em especial quando chove dado que aumenta a afluência do trânsito devido aos pais que vão buscar os alunos à escola. Assim sendo, sugerem que analisem a situação e, em conjunto com a Câmara Municipal, ponderem colocar parte da rua com apenas um sentido durante o horário escolar. Seguiu-se a participação do sr. João Nuno Sousa que alertou o sr. presidente da junta de freguesia para o número dois do artigo setenta e nove da Lei setenta e três de dois mil e treze, de três de setembro, para que a junta disponibilize, no respetivo site eletrónico, os documentos previsionais e de prestação de contas referidos na presente lei, nomeadamente: a proposta de orçamento apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo; os planos de atividades e os relatórios de atividades dos últimos dois anos; os planos plurianuais de investimentos e os orçamentos, os quadros de programação orçamental, bem como os relatórios de gestão, os balanços e a demonstração de resultados, inclusivamente os consolidados, os mapas de execução orçamental e os anexos às demonstrações financeiras dos últimos dois anos e os dados relativos à execução anual dos planos plurianuais. Segundo este deputado, esta informação não se encontra disponível no sítio eletrónico da junta de freguesia de Lourosa, pelo que, no entender dos membros do Partido Socialista, o executivo deve retificar, com a máxima brevidade, dado que desta forma se violam os princípios de transparência descritos na Lei setenta e três de dois mil e treze, de três de setembro. Também informou que, neste momento, a última ata disponível é a número cento e oitenta e cinco de vinte e sete de fevereiro de dois mil e catorze, tendo sido hoje aprovada a ata número cento e oitenta e sete. Continuando a sua intervenção, questionou este executivo quanto à matéria de utilização de energia, as metas europeias estabelecidas e as metas que o próprio governo quer estabelecer, são muito ambiciosas. Atendendo que Portugal consome cerca de sessenta por cento da sua energia final nos transportes, será necessário apostar numa clara descarbonização deste setor. Neste contexto, os membros do Partido Socialista manifestaram interesse em saber se o executivo tem algum plano de mobilidade para a cidade, se tem discutido este assunto com a Câmara Municipal e/ou com as empresas de transportes públicos que operam na nossa cidade.

Ainda no âmbito de assuntos de interesse desta cidade, o deputado sr. Joaquim Amorim manifestou o seu apoio à Comissão do Cinquentenário do Padre Damião, que tem trabalhado afincadamente e que tem um plano ambicioso. Lembrou que no próximo dia catorze de outubro, o sr. David Lima, com o apoio da Câmara Municipal deste concelho, da junta de freguesia e dos Amigos do Ambiente, os Amigos do Património e de pessoas anónimas, homenageará as duas vítimas mortais numa representação forte num Teatro Vivo e que representará o dia dramático ocorrido há cinquenta anos atrás. Esta atividade também contribuirá para que as gerações recentes possam ter conhecimento deste acontecimento ocorrido apenas porque as pessoas desta terra manifestaram o seu apoio ao padre que aqui prestava o seu serviço religioso. Ainda respeitante a este assunto, a sra. presidente da mesa perguntou ao sr. presidente da junta se dispõe de alguma informação breve. Em resposta, o sr. Armando Teixeira informou os presentes que este assunto tem sido estudado e trabalhado há já mais de um ano, existindo uma comissão formada pelos Amigos do Ambiente, pela junta de freguesia, pela Câmara e algumas associações cénicas (Lourocoope, Grupo Cénico). Este executivo reforçou a ideia que este assunto tem vindo a ser trabalhado e exposto, anunciando, inclusivamente, a existência de uma palestra, colóquios e debates. Aliás, este acontecimento será explorado durante um ano, de catorze de outubro de dois mil e catorze a catorze de outubro de dois mil e quinze. Mais informou que, no dia catorze de outubro, ocorrerá uma das iniciativas que será a colocação de umas placas nos locais onde ocorreram as duas mortes. Ainda em seguimento deste ponto da ordem de trabalhos, o sr. presidente da junta fez um voto de pesar a ilustres filhos desta terra que faleceram recentemente: sr. Armando Maia que prestou serviços na junta de freguesia desta cidade durante algumas décadas. Também sentidos pêsames aos srs. José Conceição e Rogério Lamas, que foram presidentes deste órgão

da assembleia. Este mesmo autarca informou todos que, na última assembleia do mandato anterior, foi proposto a esta assembleia que o novo Centro Escolar da Igreja fosse designado por Centro Escolar Dr. Sérgio Ribeiro – Lourosa, tendo esta proposta sido aprovada na assembleia de freguesia, seguindo para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas António Alves Amorim, onde também foi aprovada e seguiu para a DGEST. Na sexta-feira passada foi recebida a aprovação desta nova designação para este estabelecimento de ensino. Ainda em resposta às intervenções dos deputados, o sr presidente da junta esclareceu que, o terreno sul da Zona Industrial do Casalinho pertence a Lourosa. O que aconteceu foi que um privado requereu aquele espaço por onde passa a estrada, já que venceu em tribunal, de modo que a Câmara alargou o espaço que lhe pertence e fechou a parte privada. Esta situação foi resolvida provisoriamente, uma vez que o terreno privado foi para expropriação. Aliás esta situação ocorre num local por onde passa o Eixo da Cortiça, ligando a Zona Industrial de Lourosa com a de Fiães. Na questão do sr. Leonel, os funcionários da junta fizeram a limpeza de três metros, contudo já lá estiveram os serviços florestais, mas o terreno em questão pertence a uma família que não efetua a limpeza. A limpeza das matas é uma situação muito complicada, aliás, havia a ideia que, com a aplicação da nova lei as situações se iriam agilizar, o que não tem acontecido. Contudo, nos próximos dias a junta disponibilizará um trator, já que o sr. Joaquim vai assinar um documento a dizer que não vai desautorizar a limpeza da mesma e que irá contribuir com um valor financeiro. Quanto à Rua da Tapadinha, informou que ainda existem alguns ramais por concluir, estando esta junta em negociações com a Câmara para que estas situações sejam resolvidas o quanto antes. Em relação à reparação dos semáforos já se responsabilizaram para restabelecerem esse problema. Relativamente à Rua do Côvo, é uma das ruas problemáticas que esta junta tem. Uma das alternativas será a abertura de uma via na Rua das Pedreiras que passa pelo terreno pertencente aos herdeiros do sr. Valdemar Laranjeira e pelo do sr. Raul Grilo. A aplicação do sentido único não é consensual, já que as alternativas existentes são bastante longas. Existem ainda outras alternativas, tal como a aplicação de sentido único durante um período de tempo. Para finalizar, respondeu ao sr. João Sousa que compreendia o parecer deste deputado e ficou de averiguar esta situação. Quanto à temática dos moinhos e das energias renováveis, ainda nesse dia este autarca esteve com o seu par da junta de Romariz, que reconstruiu três moinhos, onde foi debatido este assunto. E ainda em relação ao projeto da mobilidade, este terá de ser desenvolvido num âmbito mais alargado ao nível concelhio, estando a ser feito um levantamento destas situações. Este presidente agradeceu a intervenção do sr. Joaquim Amorim mencionando as atividades inseridas nas comemorações do Cinquentenário dos acontecimentos ocorridos com o Padre Damião.

Não havendo mais nenhum assunto para discussão nem nenhuma intervenção agendada, a sra. presidente da mesa deu por encerrada a sessão da assembleia pelas vinte e quatro horas e dez minutos.

A presidente da assembleia de freguesia de Lourosa

